

CENTRO UNIVERSITÁRIO – FAM

Conteúdo programático de prática processual

DIREITOS HUMANOS, ÉTICA JURÍDICA, PROCESSUAL CONSTITUCIONAL E INTERNACIONAL

Regras para elaboração da Pasta:

1. Todas as atividades devem ser realizadas de forma **MANUSCRITA**.
2. As peças **MANUSCRITAS** devem ser realizadas na **Folha Modelo 2 fase OAB FAM**, disponível no site **www.vemprafam.com.br/NPJ**.
3. Os relatórios relativos as audiências assistidas devem ser elaborados de forma **MANUSCRITA** no **Relatório de Audiências**, devidamente assinado, caso seja realizada presencial; caso seja realizada pelo site <https://audienciasonline.com.br/>, necessário anexar o **certificado** emitido.
4. Para a aprovação da pasta, **todos os itens abaixo devem ser realizados e datados do segundo semestre de 2024**. A ausência de qualquer de uma das atividades propostas gera a reprovação.
5. Todas as tarefas devem ser postadas no canvas, na data determinada, em formato **PDF em arquivo único**.

1. Prática em Direitos Humanos

1.1. Atividade a ser desenvolvida (manuscrita)

Em 1951, foi adotada a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, um marco importante na proteção internacional dos direitos dos refugiados. No Brasil, a Lei nº 9.474/97 regulamenta os mecanismos de proteção aos refugiados, assegurando-lhes direitos básicos e dignidade. No entanto, a implementação dessas normas enfrenta desafios significativos, incluindo a integração social, acesso ao mercado de trabalho, e proteção contra discriminação. Ibrahim Isam é um refugiado sírio que chegou ao Brasil em 2021 devido à guerra civil em seu país. Ele solicitou refúgio no Brasil e foi reconhecido como refugiado pelas autoridades brasileiras. No entanto, Carlos tem enfrentado dificuldades para se integrar à sociedade brasileira. Ele relata problemas no acesso à saúde, educação, e emprego, além de sofrer discriminação devido à sua condição de refugiado e sua nacionalidade. Considerando a legislação brasileira e os tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, discuta em uma lauda: 1 - **Direitos Garantidos aos Refugiados no Brasil**: Quais são os direitos assegurados aos refugiados pela Lei nº 9.474/97 e pela Convenção de 1951? 2 - **Desafios na Implementação**: Quais são os principais desafios enfrentados pelo Brasil na implementação desses

CENTRO UNIVERSITÁRIO – FAM

direitos? 3 - **Soluções e Políticas Públicas:** Proponha soluções e políticas públicas que poderiam ser adotadas para melhorar a integração dos refugiados na sociedade brasileira, assegurando-lhes uma vida digna e respeitosa.

2. Prática em Ética Jurídica

2.1. Atividade a ser desenvolvida (manuscrita)

Uma colega advogada lhe procura para emissão de um parecer sobre uma dúvida ética quanto a episódio ocorrido em autos de processo onde o colega advogado “ex adverso” juntou no mesmo feito gravação das partes onde o filho de sua cliente a chama de “advogadinha” e imputa também a ela prática de “tentativa de homicídio contra irmã”. Destaca que a advogada que lhe procura não tem irmã. Diante do texto acima, elabore um texto de uma lauda (25 linhas), em forma de parecer, com base no Código de Ética da OAB, indicando quais o(s) dispositivo(s) que pode(m) ser configurar suposta infração, analise se a juntada de gravação contendo “injúria e calúnia” contra si, bem como deve se comportar o advogado ao valorar a prova para não ferir o direito de colegas.

3. Prática Processual Constitucional

3.1. Atividade a ser desenvolvida (manuscrita)

Lei 6.789/2001 do Estado da Bahia estabeleceu que a remuneração dos servidores públicos ocupantes de cargo em comissão de determinada autarquia deve ser por meio de múltiplos do salário mínimo, nacionalmente unificado. A confederação sindical dos servidores temporários, não concordando com o disposto na Lei estadual, procura você, advogado. Na qualidade de procurador da confederação sindical, redija a peça judicial cabível, para defender o interesse dos servidores. Na Petição inicial o aluno deverá observar: 1) endereçamento ; 2) pertinência temática; 3) inconstitucionalidade; 4) medida liminar e não esquecendo de 5) especificar os pedidos.

4. Prática em Direito Internacional

4.1. Atividade a ser desenvolvida (manuscrita)

CENTRO UNIVERSITÁRIO – FAM

O princípio da não-intervenção é um dos pilares do Direito Internacional Público, sendo essencial para a manutenção da ordem e da paz internacionais. Esse princípio está diretamente relacionado ao respeito à soberania dos Estados, garantindo que cada nação possa determinar livremente seus assuntos internos sem interferência externa. No entanto, a aplicação desse princípio pode se tornar complexa em situações que envolvem violações graves de direitos humanos.

Diante do princípio da não-intervenção e do respeito à soberania dos Estados, considere a seguinte situação: O país fictício de Xamária está passando por uma grave crise política e humanitária. Relatos de organizações internacionais apontam para a prática de genocídio, tortura e outras graves violações de direitos humanos pelo governo de Xamária contra uma minoria étnica. A comunidade internacional, incluindo organizações como a ONU e a OEA, está debatendo a possibilidade de intervir em Xamária para cessar as violações e proteger a população civil. Com base nessa situação hipotética, discorra em uma lauda sobre os seguintes pontos: 1. **Princípio da Não-Intervenção:** Qual é a importância do princípio da não-intervenção no Direito Internacional Público e como ele se relaciona com a soberania dos Estados? 2. **Exceções ao Princípio:** Quais são as exceções ao princípio da não-intervenção previstas no Direito Internacional, especialmente em casos de graves violações de direitos humanos? 3. **Intervenção Humanitária:** Analise a possibilidade de intervenção humanitária em Xamária, considerando os princípios e normas do Direito Internacional. 4. **Papel das Organizações Internacionais:** Qual é o papel das organizações internacionais, como a ONU e a OEA, na decisão e execução de intervenções humanitárias?

5. Atividades Externas

5.1. Assistir 03 (três) audiências do Juizado Especial Cível, do **Juizado Especial**, de forma presencial ou pelo site <https://audiencionline.com.br/>. **Preencher o relatório** das atividades e anexar o **certificado**.

5.2. Assistir 02 (dois) **audiências de justificação**, da **Justiça Comum Civil**, de forma presencial ou pelo site <https://audiencionline.com.br/>. **Preencher o relatório** das atividades e anexar o **certificado**.

CENTRO UNIVERSITÁRIO – FAM

5.3. Realizar 01(uma) **visita presencial** à escolha do aluno. A visita poderá ser a tribunais, delegacias, IML, museu da polícia judiciária, organizações não governamentais de carácter jurídico, museu de natureza jurídica, bem como qualquer visita proposta pela instituição, **apresentando relatório**, acompanhado de **carimbo e assinatura** do responsável do referido órgão.

6. Prática Jurídica Real – 40 horas

- A **prática jurídica real** poderá ser cumprida pela realização de **Estágio Externo**, mediante preenchimento de Termo de Compromisso de Estágio e declaração de estágio, com firma reconhecida, de Advogado militante (de preferência em escritório credenciado pela Ordem dos Advogados do Brasil), ou de outras empresas ou órgãos públicos.
- A **prática jurídica real** também poderá ser cumprida junto ao **Núcleo de Práticas Jurídicas** realizando atendimentos à comunidade vulnerável socioeconomicamente, fornecendo informações, orientações, reclamações administrativas perante órgãos de proteção ao consumidor e acompanhamento em mediações familiares. Não havendo demanda da população, será indicada atividade substitutiva.